

O DISCURSO MIDIÁTICO E A FORMAÇÃO DE ATLETAS: uma questão para a educação física escolar

Julio Araújo Matos¹
Vidalcir Ortigara²

RESUMO

O presente texto faz uma análise do discurso midiático pós-olimpíada de 2012 relacionado à formação de possíveis atletas para representar o Brasil em grandes eventos internacionais. No período pós-olímpico de 2000, a educação física escolar se apresentava como o *locus* de “investimento” para a formação da base da pirâmide esportiva. Nosso objetivo é verificar se o discurso midiático pós-olimpíada de 2012 ainda considera a educação física da mesma forma. Nos discursos analisados, verificamos que ocorreu um deslocamento da educação física, porém a escola como um todo, ainda permanece como o local adequado para a formação da base da pirâmide esportiva.

Palavras-chave: Discurso midiático; Formação de atletas; Educação física–escola.

1 Licenciado em Educação Física. UNESC, Criciúma/Santa Catarina, Brasil.

E-mail: julioamatos@hotmail.com

2 Doutor em Educação. UNESC, Criciúma/Santa Catarina, Brasil.

E-mail: vidalcir@hotmail.com

INTRODUÇÃO

É corrente nos debates que a mídia, em seus diversos meios, é uma formadora de opiniões públicas sobre os mais diversos temas sociais. Um dos temas destacados é o do esporte, principalmente nos últimos anos, dados os “investimentos” nos denominados megaeventos e a propalada formação de uma nação olímpica. Após a Olimpíada de 2012 surgiram várias questões referentes aos altíssimos gastos ocorridos e houve certa frustração em relação aos resultados obtidos. Segundo Martins de Melo (2012), os gastos, no chamado ciclo olímpico 2005/2008, foram de R\$280 milhões e no ciclo 2009/2012 foram de R\$ 1,76 bilhão. Em 2008 os atletas brasileiros conquistaram 15 medalhas e obtiveram o 22º lugar na classificação geral; em 2012 os atletas conquistaram 17 medalhas e obtiveram o 23º lugar. Essa situação gerou um debate em relação à destinação dos recursos públicos em vista da proposta de constituição de uma nação olímpica vencedora. Esse tema sempre volta à tona no período imediatamente pós-olimpíadas. Muito se falou neste assunto em 2000, quando houve também repercussão em relação ao resultado nas Olimpíadas de Sydney, ressaltado pelo fato de os atletas não ganharem nenhuma medalha de ouro.

No momento atual cresce-se a essas preocupações a perspectiva em relação à próxima edição dos Jogos Olímpicos. Ou seja, estão direcionadas para os possíveis resultados de 2016, quando as Olimpíadas serão no Brasil. A preocupação como desempenho esportivo – leia-se obtenção de medalhas – agrega-se a questão de demonstrar

se o país tem condições de organizar um megaevento esportivo. Um dos temas desse debate é sobre a formação dos atletas: que recursos são necessários, onde devem ser investidos e qual o *locus* de formação dos atletas são questões recorrentes. Nesse contexto é que a educação física torna-se elemento de discussão sobre o que se tem realizado na escola em relação ao tema e se esta continuaria como *locus* ou não da formação esportiva inicial. Isto é, a educação física escolar ainda se apresenta como espaço de “investimento” para a formação da base da pirâmide esportiva? Com que força? Com que responsabilidade?

O tema é candente para as reflexões da educação física. Após as Olimpíadas de 2000 os debates midiáticos reforçaram a educação física escolar como espaço privilegiado para a iniciação esportiva com a busca da “descoberta” de futuros atletas, ou seja, o espaço escolar como “centro de treinamento”, possível formador de atletas. Bracht e Quintão de Almeida (2003) expuseram essa questão, ressaltando que o “fracasso” de 2000 fez com que grupos ligados a interesses esportivos privados e a interesses corporativos de educação física – como o Conselho Federal de Educação Física – realizassem um movimento em que se defendia a valorização da educação física escolar, como projeto de torná-la a base de “descoberta” de novos talentos esportivos. A resposta governamental foi a criação do Programa Esporte na Escola. O mesmo se apresentou com o objetivo de revalorização das práticas esportivas no interior da escola e de reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tornando a educação física componente curricular obrigatório³. Os autores, após questiona-

3 Esse movimento culminou com a alteração do parágrafo terceiro, do artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96).

rem se a educação física seria o local para o desenvolvimento esportivo e se faltaria uma política esportiva que contemplasse a educação física, respondem às perguntas negativamente e ressaltam:

(...) a retórica presente no programa governamental reedita um discurso há muito presente na EF brasileira, qual seja, a retomada da idéia da pirâmide esportiva, subordinando, mais uma vez, o desporto escolar àquilo que é de interesse do esporte de alto rendimento, tornando-se perceptível o corte, já denunciado, da perda do projeto político-pedagógico da EF para o esporte de rendimento. Em outras palavras, a subordinação da EF à política esportiva. (BRACHT; QUINTÃO DE ALMEIDA, 2003, p. 94)

Podemos perceber no debate em torno da formação de atletas que a base para tal estaria concentrada na educação física escolar, tornando-a sinônimo de esporte, isto é, voltada para a seleção dos “melhores”. Busca um padrão em sua prática que se orienta pelos princípios das comparações objetivas e da sobrepujança (KUNZ, 1991). Desconsidera, assim, todo o conhecimento e os demais conteúdos, na contramão dos princípios educacionais defendidos para a formação escolar de democratizar o acesso ao conhecimento, à cultura corporal em suas diversas manifestações.

Retomando o debate midiático pós-olimpíadas de 2012, nos parece que não há mais a reivindicação ou “cobrança” de que a educação física desempenhe a função de base da pirâmide esportiva. Esse papel seria colocado sob a responsabilidade de outras instituições como clubes esportivos, fundações municipais de esporte, organizações não governamentais, etc. Um posicionamento que pode conduzir a duas

consequências em relação à educação física escolar. Por um lado ela ficaria liberada do jugo à instituição esportiva e poderia abordar o conhecimento pedagógico que lhe cabe, a saber, a cultura corporal. Por outro, na visão midiática, governamental ou até mesmo do senso comum, ela perderia a legitimidade, pois não teria mais função a desempenhar, correndo o risco de novo movimento de exclusão.

O que nos perguntamos é se realmente houve essa mudança de posicionamento nos debates da mídia em relação à educação física. Ou seja, houve alguma mudança no debate midiático entre o ocorrido em 2000 e o debate que ocorreu após os jogos olímpicos de 2012? Nesse contexto buscamos explicitar se houve alteração em relação às políticas públicas, ao papel da escola e ao desempenho olímpico. Essa discussão contribui para a compreensão das implicações desse debate à educação física escolar.

Para esclarecermos essa questão realizamos uma análise dos textos dos comentaristas esportivos sobre os resultados da Olimpíada de 2012 publicados na internet. Buscamos compreender como os comentaristas analisam os resultados dos jogos e qual seu posicionamento em relação ao papel da educação física escolar nesse contexto. Ainda há uma “aposta” de que a educação física escolar seja o *locus* de investimento, isto é, a escola ainda é o local mais adequado para se formar a base esportiva, como evidenciaram os comentários pós-jogos olímpicos anteriores?

Realizamos uma busca aos comentários esportivos nos sites da Sportv, ESPN, Rede Record, Rede Globo, UOL. Dentre os sites, selecionamos os textos dos comentaristas que abordaram o tema do

desempenho dos atletas brasileiros nas Olimpíadas de 2012. Chegamos a cinco comentaristas: Fernando Fleury, Mauricio Jahu, Carlos Carsughi, Paulo Calçade e Juca Kfourri. Destes, tivemos seis comentários que abordaram a questão da formação inicial dos atletas, desde a sua descoberta, até a sua evolução técnica em diferentes modalidades buscando suprir os interesses mercadológicos colocados.

Aparentemente não há uma política pública voltada para a escola com o intuito de formação de possíveis atletas olímpicos, tendo em vista os largos investimentos em esporte de rendimento, infraestrutura e apoio ao atleta, tirando assim a educação física escolar ou até mesmo a escola deste “mote de responsabilidade”. Porém, a política pública esportiva com o intuito social de retirada dos jovens e crianças das ruas para a participação em projetos sociais como, por exemplo, o Projeto Segundo Tempo, traz embutida uma ideia mascarada de formação da base esportiva nacional.

O texto está organizado em duas partes. Na primeira explicitamos o discurso pós-olimpíadas de 2000, expondo os questionamentos frente ao propalado “fracasso” de Sydney. Em seguida, abordamos os debates ocorridos no período pós-olímpico 2012, analisando o discurso midiático relacionado ao futuro esportivo nacional em perspectiva aos megaeventos que serão realizados no Brasil, principalmente as Olimpíadas de 2016.

DISCURSO PÓS-OLIMPÍADAS DE 2000

O desempenho esportivo dos atletas brasileiros nas Olimpíadas de Sydney foi considerado um fracasso do esporte

nacional, em razão de que não houve conquista de medalhas de ouro. Esse acontecimento fez com que a mídia retomasse os debates também em torno da derrota do Brasil para a França, na final da copa do mundo de futebol de 1998. Ambos os acontecimentos marcaram um período de discussões que buscaram apontar possíveis responsáveis e respostas para a questão: como conseguir melhores resultados nas grandes competições esportivas internacionais?

Com o pressuposto de que da quantidade se tira a qualidade, as propostas governamentais apontaram a escola, mais especificamente a educação física escolar, como base da pirâmide esportiva nacional.

Partindo dessa relação Esporte Olímpico e Educação Física Escolar, se torna preocupante a forma simplista e, talvez, irresponsável tanto por negligenciar os prejuízos que podem causar aos alunos da educação básica quanto por fragilizar os verdadeiros investimentos necessários ao bom desenvolvimento de atletas olímpicos. (SOUZA JÚNIOR, 2001, p. 22)

A questão tornou-se mais preocupante sobre a interferência na educação física escolar, pois autoridades, como o então ministro do esporte, manifestaram-se em relação ao previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) com o discurso de que a educação física voltaria a ser valorizada, uma vez que defendia que ela voltasse a ser obrigatória nas escolas com o argumento de que promoveria a “massificação do esporte”.

A Educação Física voltará a ser obrigatória nas escolas. Foi um erro

tornar essa matéria facultativa, pois ela é fundamental para a massificação do esporte. (...) Nós queremos que esta obrigatoriedade já esteja em vigor em 2001. É uma questão de educação, de saúde de nossos jovens. A Educação Física jamais deveria ter deixado de ser praticada nas escolas. (MELLES, 2000, apud SOUZA, 2001, p. 22)

Fica evidente que a preocupação do ministro não era fortalecer o preceito da LDB de 1996, em que a educação física é reafirmada como componente curricular articulada à proposta pedagógica da escola. Ao contrário, a fala do ministro expressa que a educação física teria sua legitimidade não em uma “proposta pedagógica”, mas na vinculação com o sistema esportivo. Ademais, a “questão de educação” expressa pelo ministro refere-se à prática da atividade física, o que retoma o preceito do período do governo militar ditatorial de que a educação física era uma atividade e, como tal, deveria ser regulamentada no interior da escola, inclusive em sua periodicidade semanal. Somente nessa perspectiva é possível entender que a educação física “é uma questão de educação, de saúde de nossos jovens.” (MELLES, 2000a apud SOUZA JÚNIOR, 2001, p. 22).

Além disso, esse discurso estava articulado com o do presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Nuzman – no cargo desde 1995 –, que ao se referir aos jogos patrocinados pelo governo – a Olimpíada Colegial – destacava que os mesmos seriam primordiais para valorizar a área.

A Olimpíada Colegial tem como um dos objetivos primordiais resgatar a importância da Educação Física no currículo escolar e conseqüentemente valorizar o papel do professor de Educação Física. O COB considera que a prática

esportiva é um dos melhores caminhos para a orientação sadia dos jovens na nossa sociedade e a escola é o melhor celeiro para a descoberta de valores. (NUZMAN, 2000, apud SOUZA JÚNIOR, 2001, p. 23)

Nuzman ressaltava as ações do Ministério do Esporte que intervinham sobre a educação física escolar - de competência do Ministério da Educação - em atendimento aos interesses da instituição esportiva. Atribui à escola a responsabilidade pelo desenvolvimento do esporte de rendimento, cujo ápice seria a construção da “nação esportiva”, ainda que seja difícil compreender o que isso queira significar.

O Ministério está empenhado nessa causa fundamental para o esporte brasileiro. Como parte do projeto de massificação do esporte, a Educação Física voltou a ser valorizada no currículo escolar. Assim, acredito que o Brasil esteja dando um grande passo para construir a nação esportiva que todos desejam. (NUZMAN, 2001, apud SOUZA JÚNIOR, 2001, p. 23)

Tais posicionamentos levaram a iniciativas e investimentos que, como afirmam Bracht e Quintão de Almeida (2003), promoveram uma pseudo valorização da educação física escolar. Entre essas iniciativas, tivemos:

- 1- Jogos Estudantis (Nacional) – Olimpíada Colegial: projeto do COB junto com o Ministério de Educação;
- 2- Núcleos para incentivo esportivo – Centros Olímpicos de Desenvolvimento de Talentos: iniciativa do COB para construção de uma sede para o projeto de descobrimento de talentos esportivos no meio infantil, mais especificamente entre crianças matriculadas nas escolas de redes públicas estaduais;

3- Locais para formação de especialistas em Esporte – Centro Olímpico de Estudos do Esporte: ação do COB para formar profissionais especializados nas diversas áreas do esporte (psicologia, medicina, marketing), além de professores de Educação Física;

4- Incentivos à produção científico-acadêmica na área do Esporte – 2ª edição do Prêmio Brasil Esporte: série de publicações realizadas pelo Ministério de Esporte e Turismo, cujo objetivo é estimular o desenvolvimento de tecnologias que possam favorecer o esporte. (SOUZAJÚNIOR, 2001, p.23)

Como as aulas de educação física acabaram se tornando o *locus* de desenvolvimento de possíveis atletas, houve uma discussão com relação ao real papel da educação física escolar, procurando evidenciar porque o esporte não é tão recomendado para ser trabalhado como rendimento e porque os investimentos não foram encaminhados para a escola, por exemplo.

Fora as questões de investimentos, os princípios da escola não batem com os princípios do esporte moderno, enquanto a escola procura democratizar suas ações, o esporte procura selecionar; a escola busca o desenvolvimento de uma cultura geral, o esporte exige especialidade; a escola deve lidar com a diversidade dos alunos, o esporte procura padronizar; a escola intenciona sociabilizar o conhecimento, o esporte busca estabelecer comparações objetivas etc. (SOUZAJÚNIOR, 2001, p. 24)

Este foi um dos argumentos utilizados para a crítica na perspectiva esportiva dentro da escola, tendo-a como um “celeiro” esportivo. O esporte tem outros princípios e deve ser trabalhado de maneira diferente nas aulas de educação física, não objetivando ensinar somente o gesto técnico

de uma finalização no futebol, por exemplo, e sim ensinar o porquê daquele gesto técnico ser importante para se conseguir alcançar o objetivo proposto pelas regras do esporte e quais as exigências que levaram a sua elaboração no processo histórico-social de desenvolvimento do próprio esporte.

O esporte precisa estar presente nas aulas de Educação Física Escolar como um conteúdo a ser apreendido pelos alunos, o qual deve ser organizado e estruturado pedagogicamente de forma a ser entendido, apreendido, refletido e reconstruído enquanto conhecimento que constitui o acervo cultural da humanidade, de forma a possibilitar sua constatação, sistematização, ampliação e aprofundamento. (SOUZAJÚNIOR, 2001, p. 26)

Porém, para o governo o foco não parece ser o conteúdo a ser apreendido pelos alunos. Há outros interesses em “jogo”, como por exemplo, o de criar uma nação esportiva reconhecida internacionalmente. O Ministério do Esporte, com a aprovação do Ministério da Educação, lançou a proposta de criação do Projeto Esporte na Escola, cujo objetivo é “desenvolver a educação física nas escolas brasileiras e beneficiar 36 milhões de crianças em todo o país”. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2002, p. 1)

Para concluir e fazer com que o projeto fosse aceito pela população, divulgou-se que o mesmo seria para benefício social, relacionado ao bem estar social da população. Ressaltava-se que o projeto beneficiaria no combate às drogas, à violência, influenciaria na formação social, traria benefícios à saúde, propostas de lazer e, como mera consequência, revelaria novos talentos esportivos. Mas a ênfase deste projeto está no desenvolvimento da base da pirâmide

esportiva com vistas ao desempenho futuro no sistema esportivo de rendimento.

E EM 2012? AS PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO AO ESPORTE NO PAÍS

A mídia, com uma bomba de informações lançando sobre leigos sua opinião e ideais, traz uma bagagem de argumentos relacionados ao esporte por meio de inúmeros comentaristas. Buscamos então analisar os comentários esportivos relacionados aos investimentos que o país deveria ter no esporte para torná-lo uma potência esportiva internacional reconhecida, tendo em vista os megaeventos que acontecerão em 2014 e 2016 no Brasil.

Ao que nos parece, as opiniões são de que o *lôcus* desses investimentos não estaria mais vinculado ao espaço da educação física escolar como, por exemplo, indicado no período pós-olímpico de 2000. Porém ainda temos a escola posta em evidência como o espaço privilegiado para a constituição da base da pirâmide esportiva. Essa não é somente uma visão midiática (dos comentaristas), mas também do governo.

Passamos a apresentar os discursos.

Verificamos uma ausência de referência à escola quando Fernando Fleury insere em seus comentários a evolução do “mercado esportivo” no Brasil ao citar os órgãos ou instituições que estão investindo nesse mercado.

É claro para todos que o mercado esportivo brasileiro está em franca ascensão. O investimento de vários players desta indústria comprova isso:

- **Governo:** Instrumento de inclusão social e promotor global da nação;
- **Clubes e Entidades esportivas:** Buscam recursos para continuar suas atividades;

- **Empresas (Patrocinadores):** Associação de marcas em ambiente único;

- **Mídia:** Difusão e promoção do Esporte e em muitos casos a idealização de ídolos;

- **Agências:** Unem, através das mais diferentes atividades, clubes, atletas, mídia, patrocinadores, colaborando para que o mercado produza valor.(FLEURY, 2012, s/p)

Partindo de tais investimentos, percebemos que não só o governo, mas outros setores são apresentados com grande interesse no “mercado esportivo” devido a sua ascensão e visibilidade atual. Isso se acirra no momento em que se confirma a realização dos megaeventos no Brasil. Eles promovem um frenesi entre os inúmeros patrocinadores; com o intuito de conseguir visibilidade, investem nos esportes.

Os clubes e entidades envolvidas com o esporte já reconhecem o poder do marketing como ferramenta e, principalmente, a necessidade de profissionais com conhecimento para transformar torcedores em consumidores. Os patrocinadores buscam no esporte um meio de comunicação eficaz para com seu público alvo, capaz de ser eficiente no atingimento das metas.(FLEURY, 2012, s/p)

Após a década de 1980 o país passou por um período de esportivização na lógica mercadológica. A lógica de mercado passou a fazer parte da rotina do esporte, em que os atletas se tornam vitrines, os patrocinadores expõem suas marcas em camisas. As competições precisam ser apresentadas com contornos estéticos que lhes dêem credibilidade para serem assistidas e consumidas pela população, ou seja, transformarem-se em mercadoria aceita pelo mercado. Temos evidências disso através das mudanças das regras de esportes.

Um exemplo é o voleibol que necessitou adequar-se às exigências da mídia e de seus patrocinadores.

A ideia do esporte como mercadoria não pretende difundir a prática esportiva ou levar o esporte para toda a população, mas torná-la mera telespectadora do espetáculo midiático e consumidora dos produtos e serviços ofertados.

O governo acaba por investir no mercado esportivo, não para socializar o acesso ao esporte, mas para a promoção de status do país, ou seja, fazer com que o país apareça em nível nacional (CASTELAN, 2011). Mesmo quando o governo promove iniciativas para a socialização do esporte, o princípio orientador do processo é o de que a partir da quantidade de praticantes possa surgir alguma qualidade, conseguir filtrar possíveis atletas que poderão representar o país nas grandes competições esportivas internacionais.

Nessa linha, Carlos Carsughi realiza a seguinte reflexão:

De qualquer forma, uma inteligente programação prévia, investindo nos chamados esportes complementares, onde os disputantes são em menor número, oferece boas chances de êxito. (...) Um caminho para o futuro, mas certamente sem esperar resultados a médio prazo (...) Para o Brasil, que não tem essa tradição e sempre luziu com algum astro que apareceu sem se saber ao certo como, o prazo seria certamente bem maior. E aí fica a dúvida em saber qual Governo aceitaria investir dinheiro e mais dinheiro sendo que os frutos seriam colhidos por outros, muito tempo depois. (CARSUGHI, 2012, s/p)

Querer investimentos em “esportes complementares”, onde o Brasil não tem tanta tradição, seria possibilitar que houvesse

uma ascensão desses esportes e que as pessoas viessem a conhecê-los e praticá-los. O problema é que o governo não está interessado em socializar o esporte, mas em investir em determinado público que possa vir a ser atleta. Mas afinal, que público é esse? Onde se encontra a base da pirâmide esportiva?

A base da pirâmide esportiva ainda não foi mencionada nos comentários anteriores. Encontramos, então, em Maurício Jahu, a explicitação da educação física escolar e da escola como base da formação esportiva, o local adequado para se conseguir adeptos aos esportes e possíveis futuros atletas.

A saída para melhorar o esporte olímpico brasileiro começa nas escolas. Basta olhar o modelo esportivo dos Estados Unidos, que terminaram na frente do quadro de medalhas nos Jogos de Londres. Lá a prioridade é o esporte não só nas escolas, mas também nas universidades. Entendo que o único caminho vem da escola onde a criança inicia sua formação educacional e esportiva. Competir na época da escola ensina o aluno a respeitar o professor, os colegas da sua escola e das outras, árbitros e adversários, saber se comportar em vários ambientes, dentro e fora da escola e extravasar suas emoções e raivas contidas numa corrida, cortada, chute ao gol ou mesmo um pique e não com brigas e agressões. É verdade que boa parte das escolas públicas está sucateada, especialmente nas estruturas esportivas. Mas o espaço existe. Que tal pegar uma parte do dinheiro do imposto que pagamos e direcionar para a educação física? (JAHU, 2012, s/p)

Quando Jahu afirma que a escola é a saída para o esporte olímpico brasileiro, mencionando a importância da competição inclusive como uma forma de aprender a

ter respeito com os colegas, aos professores, etc., nos aguça uma pergunta: de que forma a competição pode contribuir com isso? E ainda mais, o que a prática esportiva nos princípios que carregam o esporte de rendimento pode trazer de benefícios aos alunos? A escola carrega consigo princípios que se contrapõem aos princípios do esporte. A escola pretende democratizar a cultura; o esporte seleciona os melhores e faz com que isso se torne padrão. Nas aulas de educação física o esporte deve ser tratado como conteúdo, porém é necessária uma ressignificação de seus princípios, afinal, como mencionado anteriormente, não é a escola que deve se adequar aos princípios do esporte, mas explicitar aos alunos os seus princípios para que eles possam construir práticas esportivas com outras significações. De fato as estruturas escolares estão sucateadas e precisam de investimento, porém esse investimento deve ser para proporcionar uma vivência de qualidade aos alunos, e não servir como local de iniciação ao esporte de rendimento.

Paulo Calçade também aponta o sistema educacional como um dos fatores responsáveis pelo país não ser uma potência esportiva.

O país emergente, da sexta economia do planeta, ainda não conseguiu agir com firmeza na área da educação. Ainda não levou todas as crianças à escola... E não soube tornar a sala de aula um lugar atraente para formar as próximas gerações. Diante disso, o quadro de medalhas parece secundário. E mesmo quem não é do esporte sabe: se os nossos problemas educacionais forem solucionados, não será difícil criar a tal nação olímpica.(CALÇADE, 2012, s/p)

Mauricio Jahu e Paulo Calçade retomam o discurso de que a escola, a

educação e até mesmo a educação física são os nortes a serem seguidos para que o esporte no país seja desenvolvido. À primeira vista os comentaristas estariam defendendo a qualificação do espaço escolar. Enganam-se somente os que não atentam à qualificação do esporte que eles defendem. Ambos estão inseridos na lógica do desenvolvimento midiático do esporte de rendimento, portanto da produção do esporte mercadoria que lhes garante patrocinadores. De outra forma, porque não realizam campanhas para a disseminação de modalidades esportivas pouco praticadas no Brasil, como é o caso do Badminton?

Toda a defesa contra argumentos deste tipo foi explicitada no período pós-olímpico de 2000, onde verificamos que os princípios educacionais vão de encontro aos princípios esportivos.

Paulo Calçade traz ainda um tema mais central para a área da educação, não evidenciando que o esporte deva ser inserido nas escolas, porém que passe a ser uma consequência do crescimento educacional no país, em que os alunos ou cidadãos bem formados estarão contribuindo diretamente para este crescimento esportivo.

Em entrevista do jornalista Juca Kfourri com o ministro do esporte, Aldo Rebelo, realizada em 17 de agosto de 2012, na qual aborda o posicionamento do Ministério diante dos megaeventos que estão por vir e as metas que o Ministério quer alcançar, obtivemos a seguinte síntese elaborada pelo próprio jornalista:

1. Até o começo de 2013 o país conhecerá, enfim, a proposta de Política Esportiva do Ministério do Esporte, voltada para a democratização do acesso à prática esportiva e criadora de compromissos municipais, estaduais e federais;

2. O modelo de esporte escolar será o adotado, com sucesso, na Grã-Bretanha;
3. O Ministério defende a profissionalização dos dirigentes e mandatos com, no máximo, uma reeleição, regime a que deverão ser submetidas todas as entidades que receberem dinheiro público;
4. Os esportes coletivos permanecerão prioritários, embora, com vistas à Olimpíada do Rio, os esportes individuais, maiores produtores de medalhas, devam ser incentivados;
5. O Ministério acredita que seja possível ao Brasil pular do atual 22º lugar no quadro de medalhas para uma posição entre os 10 primeiros daqui a quatro anos e esta será a meta;
6. As diretrizes do esporte nacional são estabelecidas pelo ME, cabendo ao COB sua execução, devidamente cobradas à luz dos critérios de custo/benefício.
7. Na opinião do ministro, o Morumbi tinha todas as condições para receber a abertura da Copa do Mundo-2014. (KFOURI, 2012, s/p)

O governo, com a ideia de que da quantidade se extrai a qualidade, aposta na escola como o local de descoberta de talentos esportivos. Porém se exime da responsabilidade de investimento na própria educação e não possibilita o acesso da população ao esporte. Mesmo que a escola tivesse estrutura adequada para o esporte de rendimento, como já dito anteriormente, ela não é o local apropriado para tal.

Não haverá uma mudança muito efetiva na ideia de se criar uma tradição em diferentes esportes, incentivando-os com maiores investimentos. Os esportes coletivos vão permanecer no ápice do esporte nacional, e essa cultura de esporte sem mudança, ou sem incentivo, faz com que não haja interesse em praticá-los ou conhecê-los. No interior da escola, por exemplo, será de incentivo e criatividade do professor

trazer novos instrumentos de conhecimento de esportes “desconhecidos” pelos alunos.

Os princípios e objetivos governamentais relacionados ao esporte, continuam sendo referência para que haja um largo “investimento” no sentido de o esporte nacional se tornar uma referência internacional, não havendo preocupação com as possíveis consequências que os investimentos em locais inadequados podem trazer. O esporte tem seus benefícios, porém, para a prática escolar, o mais importante é o conhecimento que está colocado sobre ele e não a forma simplista de benefícios à saúde e a retirada de jovens das ruas, como é citado em alguns projetos governamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análises dos dois períodos relacionados ao esporte nacional, constatamos que as aulas de educação física não são mais consideradas como o *lócus* para a promoção da base da pirâmide esportiva, para a formação inicial de atletas que poderão representar o Brasil nas competições esportivas internacionais. Contudo, verificamos que esta responsabilidade não saiu da escola, pois é nela que os discursos apontam encontrar-se a base da pirâmide esportiva, ou seja, os projetos ainda vislumbram que a estrutura escolar se apresenta como local a que acorrem crianças e adolescentes para a prática esportiva. Isso se vislumbra nos projetos governamentais – com destaque para o Projeto Segundo Tempo – e nos escritos dos comentaristas esportivos.

O espaço escolar, no entanto, acaba se tornando inadequado para a apropriação de um projeto governamental com o intuito de “democratizar” a prática esportiva devido

à falta de estrutura. Tal precariedade deve-se ao sucateamento dos espaços escolares em geral e, em específico, dos espaços destinados à educação física. Verificamos alguns detalhes que poderiam ser resolvidos facilmente, porém quando tratamos deste assunto acabamos nos deparando com outro fator importantíssimo, a própria escola.

Existem particularidades e conteúdos a serem abordados nas escolas cuja finalidade precípua é a formação científico-cultural, que se confronta com os princípios emanados do esporte de rendimento. Na escola deve-se educar na perspectiva de ampliar a aquisição de conhecimento pelos alunos, independentemente das diferenças que estes apresentem. É o local adequado para se discutir o fenômeno “esporte”, apresentado pelo professor de Educação Física. Busca-se democratizar o acesso ao conhecimento, dar a todos os alunos a possibilidade de aprender.

A escola tem especificidades que precisam ser respeitadas; isso “obriga” todo e qualquer tipo de saber que pretenda adentrar a escola a passar pelo crivo dessas especificidades, tornando-se um saber tipicamente escolar. Portanto, e sem negar o potencial educativo do esporte, é preciso que o esporte passe por um trato pedagógico para que se torne um saber característico da escola e que se faça educativo na perspectiva de uma determinada concepção ou projeto de educação. (QUINTÃO DE ALMEIDA, 2003, p. 97)

O fenômeno “esporte”, no entanto, possui princípios próprios e a sua relação de interesses é diferenciada dos interesses ligados à educação.

O esporte é concebido como um subsistema possuidor de códigos próprios, estando orientados por princípios como

a concorrência, o rendimento, a igualdade de oportunidades, rejeitando, nos extremos, postulados outros, como a saúde, o prazer, a educação. (QUINTÃO DE ALMEIDA, 2003, p. 97)

O Ministério do Esporte ainda possui projetos que interferem diretamente na rotina escolar, como por exemplo, o Projeto Segundo Tempo na Escola. Atualmente surgiu um projeto de incentivo ao esporte ligado ao Ministério da Educação, o Projeto Atleta na Escola, que fere os princípios educacionais escolares, pelo fato de ter como mote o selecionamento. Um estudo mais detalhado desse projeto não nos foi possível, pois sua divulgação ocorreu quando já estávamos concluindo a pesquisa base do presente artigo. Consideramos que mereça análise para compreendê-lo em sua especificidade.

O esporte na escola deve seguir preceitos culturais, de saúde, de lazer, para que seja aprendido e vivenciado pelos alunos como uma prática que trará benefícios para sua vida. Portanto, é necessário saber quais os tipos de investimentos devem ser aplicados para o desenvolvimento de atletas e para onde estes investimentos devem ser encaminhados, mas não podemos admitir que interfiram na rotina escolar e no processo educacional

REFERÊNCIAS

- BRACHT, Valter; QUINTÃO DE ALMEIDA, Felipe. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudo valorização da educação física. In **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, nº 3, p. 87-101, maio de 2003.

- CASTELAN, Lia Polegato. As Conferências Nacionais do Esporte na Configuração da Política Esportiva e de Lazer do Governo Lula (2003-2010). In Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 17. 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: CBCE, 2011.
- KUNZ, Elenor. **Educação Física:** ensino e mudanças. Ijuí: UNIJUÍ, 1991.
- SOUZA JÚNIOR, Marcílio. A Educação Física no currículo escolar e o esporte: (im)possibilidade de remediar o recente fracasso esportivo brasileiro. **Pensar a Prática:** revista da pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física - Vol. 4, jul/jun. 2000- 2001. Goiânia: Ed. UFG, 2001b, p. 19-30.
- MARTINS DE MELO, Luiz. Política de Esporte para 2016? Disponível em: <http://www.blogdojuca.uol.com.br/2012/08/politica-de-esporte-para-2016/> > . Acessado em 16 de abril de 2013.
- FLEURY, Fernando. Ainda temos um longo caminho. Disponível em: http://www.espn.com.br/post/276479_ainda-temos-um-longo-caminho. Acessado em 16 de abril de 2013.
- FLEURY, Fernando. O caminho é a profissionalização. Disponível em: http://www.espn.com.br/post/280622_o-caminho-e-a-profissionalizacao. Acessado em 16 de abril de 2013.
- JAHU, Maurício. A saída é o esporte na escola. Disponível em: http://m.espn.com.br/blg-col-noticiaip.php?id_bc=276965. Acessado em 16 de abril de 2013.
- CALÇADE, Paulo. Segredos do esporte: Rio 2016 – A base de uma nação olímpica. Disponível em: http://www.espn.com.br/post/275067_segredos-do-esporte-rio-2016-a-base-de-uma-nacao-olimpica. Acessado em 16 de abril de 2013.
- CARSUGHI, Carlos. Como ganhar mais medalhas em 2016?. Disponível em: <http://carsughi.jovempan.uol.com.br/como-ganhar-mais-medalhas-em-2016/>. Acessado em 16 de abril de 2013.
- KFOURI, Juca. Compromissos do ministro do Esporte. Disponível em: <http://blogdojuca.uol.com.br/2012/08/compromissos-do-ministro-do-esporte/>. Acessado em 16 de abril de 2013.

THE MEDIA DISCOURSE AND TRAINING OF ATHLETES: an issue for physical education school

ABSTRACT

This text makes an analysis of media discourse post-Olympics 2012 associated to the formation of potential athletes to represent Brazil in the main international events. In the post-Olympic 2000, physical education was presented as the place of “investment” for the formation of the base of the pyramid sports. Our goal is to check if the media discourse post-Olympics 2012 still considers physical education the same way. In speeches analyzed we found that there was a shift of physical education, however, the school as a whole, still remains as an appropriate place for the formation of the base of the pyramid sports.

Keywords: Media discourse; Training athletes; Physical Education-school.

Recebido em: julho/2013
Aprovado em: novembro/2013